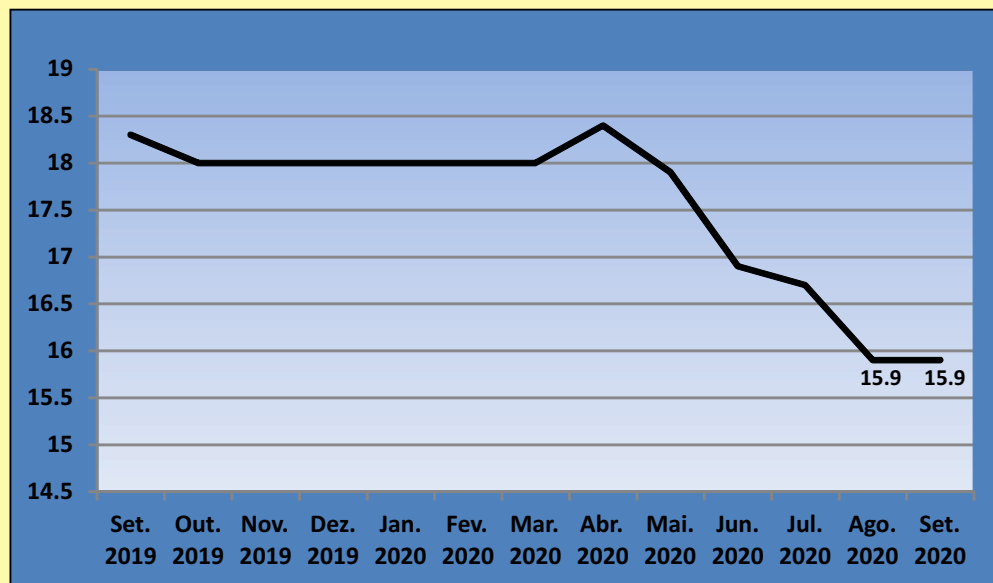


AMB esclarece:

Porque Prime Rate do Sistema Financeiro mantém-se constante no mês de Setembro



A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e o Banco de Moçambique (BM) anunciaram que a *Prime Rate* a ser praticada pelo Sistema Financeiro no mês de Setembro mantém-se no valor de 15.9%.

Conheça as razões da manutenção desta taxa de juro. *Página 3*

AMB (Associação Moçambicana de Bancos)

Impacto da Covid-19 na economia de Moçambique



Quando o país se debatia com resiliência económica devido aos efeitos de crise económica que iniciou em 2016 e agravada pela passagem dos ciclones IDAI e Kenedy, em 2020 o surto da pandemia COVID-19 piorou a deterioração económica devido às medidas de restrição.

Um estudo da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) apresentado a 13 de Agosto último, indica que o Sector Empresarial Moçambicano registou, no primeiro semestre do corrente ano, perdas de facturação estimadas em cerca de 31 mil milhões de Meticais, o correspondente a USD 453 milhões, devido à COVID-19, revela um estudo da CTA sobre o impacto da pandemia, apresentado, hoje 13 de Agosto,

Continua Pág. 4

AMB tem novo Secretário-Geral



Dr. Teotónio Comiche, Presidente da Direcção da AMB (ao centro), ladeado pelo Dr. Elísio Langa, novo Secretário-Geral (à direita) e pelo Dr. José Mussane, Secretário-Geral cessante (à esquerda)

Elísio Langa é o novo Secretário-Geral da Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e tomou posse a 6 de Julho do ano curso, em substituição do José Mussane que cumpriu quase dois mandatos de 2014 a 2020.

Na cerimónia de tomada de posse, o Presidente da Direcção da AMB, Dr. Teotónio Comiche, agradeceu o trabalho desenvolvido pelo antecessor e apelou maior empenho do novo Secretário-Geral na continuação do trabalho até aqui realizado.

Criada em 1999 e contando, actualmente, com 20 Membros Associados entre bancos comerciais e instituições financeiras, a AMB tem como missão a promoção e prática de actos que contribuem para o progresso técnico, económico e social da actividade bancária dos membros perante entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais e segurança do consumidor.

O novo Secretário-Geral da AMB é quadro superior formado em economia e gestão conta com uma carreira bancária de mais de 25 anos.

O Papel das Tecnologias Digitais no Funcionamento dos Serviços Bancários no Período Pós-Covid 19



Em todo o mundo, a Pandemia da Covid-19 veio consolidar o processo de substituição do tradicional serviço bancário (*Office Banking*) pelas novas tecnologias bancárias (*Internet Banking* e *Fintechs*).

Em um passado recente, o mercado bancário já passava por uma revolução na oferta de serviços financeiros totalmente digitais que utilizam a tecnologia como base. Com a Pandemia, mais do que nunca, ficou patente que o futuro do mercado bancário estará baseado no uso destas tecnologias.

Especialistas do mercado financeiro são unânimes em afirmar que o futuro do mercado bancário global estará baseado no uso intensivo de tecnologias digitais e que a breve prazo, bancos e demais instituições financeiras que desejarem se manter competitivos no mercado bancário, deverão apostar fortemente nas novas tecnologias digitais.

As novas tecnologias bancárias oferecem ao consumidor uma variedade de produtos e serviços como o acesso a uma conta monetária para uso imediato, cartão de crédito, empréstimos, pagamentos diversos de maneira mais ágil e menos burocrática. O uso destas tecnologias é bastante simples e seguro e podem ser utilizadas

em telefones celulares amplamente comercializados no mercado, principalmente em aparelhos [iPhone](#) e [Android](#).

Globalmente, vários países do mundo estão prestes a iniciar um novo ciclo de crescimento económico baseado no uso intensivo de tecnologias digitais. Se no passado a receita clássica para a função de produção sempre consistiu em agregar trabalho, terra e capital, espera-se que no período pós Pandemia da Covid-19, as tecnologias digitais passem a desempenhar um papel muito importante no processo de produção, contribuindo para gerar aumentos de produtividade e maiores níveis de competição.

Por outro lado, o aumento do desemprego causado pela Pandemia vai gerar uma nova modalidade de trabalho caracterizada por uma maior autonomia e independência (*Home Office*). Tradicionalmente, a forma clássica de prestar serviços sempre foi trabalhar no local do empregador, sujeito ao cumprimento de horários. No período pós Pandemia da Covid-19, espera-se uma mudança na forma de trabalhar. O trabalho passará a ser realizado de forma mais autónoma e independente, sem a necessidade de sair de casa e sem um cumprimento rígido de horários.

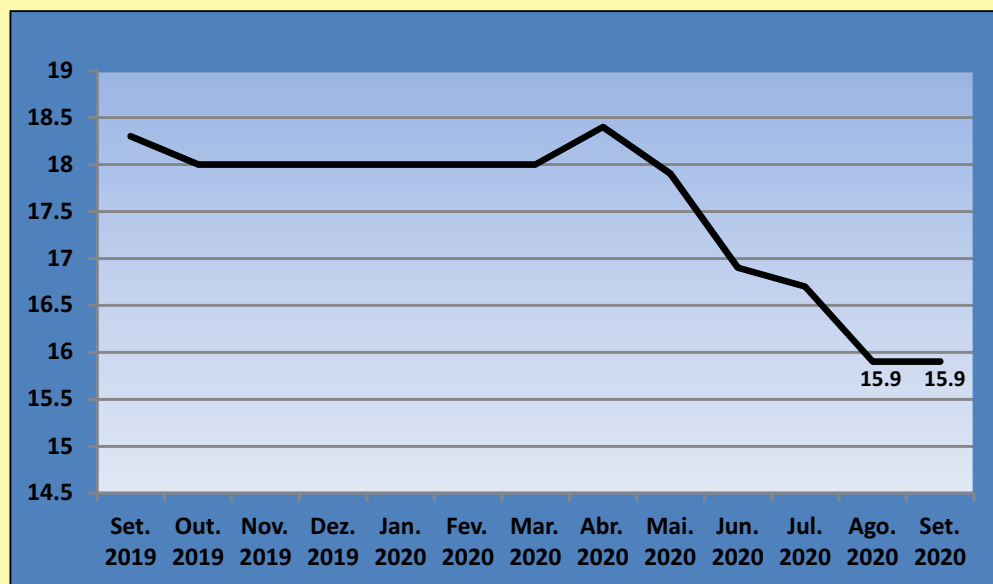
A nova modalidade de trabalho, caracterizada por uma maior autonomia e independência, por sua vez, deverá ser impulsionada por uma maior capacidade empreendedora onde não importará trabalhar mais, mas sim trabalhar para oferecer soluções aos problemas enfrentados pela sociedade.

A experiência moçambicana durante a Pandemia da Covid-19 mostrou que a utilização das tecnologias digitais, tanto ao nível do cliente, quanto ao nível do prestador de serviços (bancos e instituições financeiras), constitui um forte instrumento de trabalho para o funcionamento do mercado bancário. Pela primeira vez na história do país, a utilização da *Internet Banking* e aplicativos digitais permitiu a manutenção de uma actividade bancária normal, permitindo aos agentes económicos a realização de pagamentos diversos com comodidade e sem a necessidade de sair de casa ou do local de trabalho.

AMB esclarece:

Porque Prime Rate do Sistema Financeiro mantém-se constante no mês de Setembro

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e o Banco de Moçambique (BM) anunciaram que a *Prime Rate* a ser praticada pelo Sistema Financeiro no mês de Setembro mantém-se no valor de 15.9%.



Fonte: Associação Moçambicana de Bancos

A manutenção desta taxa de juro ao mesmo nível do mês anterior continua a sinalizar ao mercado financeiro uma política monetária expansiva, que tem como objectivo tornar mais acessível o crédito bancário, permitindo que os agentes económicos possam financiar com maior comodidade as suas actividades

de produção, bem como tornar viáveis projectos de produção que necessitem de financiamento no mercado financeiro.

Ao nível macroeconómico, esta política leva a um aumento agregado na actividade produtiva do país, contribuindo para um aumento na geração da riqueza nacional. Em simultâneo, a mesma política também

contribui para um aumento na geração de empregos, pois maior produção sempre irá gerar novos postos de trabalho e maior demanda de novos trabalhadores.

Desde o início do seu cálculo em Agosto de 2017, no âmbito da implementação do Acordo para a Uniformização da Base de Cálculo da Taxa de Juros no Sistema Bancário, a *Prime Rate* sempre apresentou uma trajectória decrescente, reflectindo uma política de maior inclusão financeira por parte da Autoridade Monetária do país, com vista a tornar o ambiente para a prática de negócios mais favorável na economia do país, com maior inclusão de todos os intervenientes no processo. Ao mesmo tempo, a implementação do Acordo para a Uniformização da Base de Cálculo da Taxa de Juros no Sistema Bancário, veio trazer maior transparência na determinação das taxas de juro praticadas no mercado bancário, contribuindo para uma maior concorrência entre as instituições financeiras.

Recorde-se que em Agosto de 2017, a *Prime Rate* foi de 27.75%, contra 15.9%, em Setembro de 2020, o que representa uma diminuição de 11.85 pontos percentuais ao longo de todo o período.

Economista Faizal Carsane analisa:

Produção Nacional regista queda no primeiro semestre de 2020

A produção nacional, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), registou uma diminuição de 0.9% no primeiro semestre de 2020, quando comparada a igual período do ano anterior.



Faizal Carsane, Assessor Económico da AMB

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB do país atingiu um valor real de 345.741 milhões de Meticais no final do primeiro semestre de 2020, contra o valor real 348.786 milhões de Meticais no final do primeiro semestre de 2019, resultando em uma diminuição real de 3.045 milhões de Meticais.

A título comparativo, no primeiro semestre de 2019 o PIB cresceu 3.24% (comparativamente ao primeiro semestre de 2018) e no primeiro semestre de 2018 o PIB cresceu 5.32% (comparativamente ao primeiro

semestre de 2017). Estes dados mostram uma mudança na tendência de crescimento do PIB do país, associada, fundamentalmente, aos efeitos negativos da Pandemia da Covid-19.

Uma análise mais cuidadosa do comportamento do PIB do país ao longo de 2020 mostra que a sua diminuição ocorreu durante o segundo trimestre do ano, altura em que o PIB diminuiu 3.25% comparativamente ao segundo trimestre do ano anterior (2019), contrariando a tendência de crescimento do segundo trimestre dos anos anteriores (5.61% em 2018 e 2.85% em

2019).

Segundo o INE, a diminuição do PIB no segundo trimestre de 2020 foi explicada por uma contracção em todos os sectores de



actividade. Neste trimestre os Sectores Primário, Secundário e Terciário registaram quedas de produção de 2.65%, 2.42% e 4.06%, respectivamente. No Sector Primário, contribuiu para o decréscimo da sua produção a retracção da Indústria Extractiva e do ramo das Pescas em 25.55% e 1.83%, respectivamente. Contudo, neste sector a Agricultura apresentou um crescimento da produção na ordem de 3.53%. No Sector Secundário contribuíram para a sua contracção a queda da produção da Indústria Manufactureira e do ramo de Construção em 5.32% e 0.89%, respectivamente. Entretanto, neste sector os ramos da Electricidade, Gás e Distribuição de Água registaram aumentos na sua produção em 6.34%. No Sector Terciário, o mais afectado no período, verificou-se uma redução na produção de importantes ramos: Hotelaria e Restauração (-35.84%), Comércio e Serviços de Reparação (-5.69%) e Transportes e Comunicação (-4.68%).

A análise destas variações revela que durante o início da propagação da Pandemia da Covid-19 no país, apenas ramos muito essenciais da economia destinados ao consumo doméstico mantiveram o seu ritmo de produção, com destaque para a Agricultura, Electricidade, Gás e Distribuição de Água. Por outro lado, a mesma análise mostra que ramos da economia destinados à exportação foram fortemente afectados com o início da propagação da Pandemia da Covid-19 no país, com destaque para a Indústria Extractiva, Indústria Manufactureira e Pescas. O ramo da Hotelaria e Restauração, tradicionalmente dependente do turismo também sofreu no período por causa da restrição de viagens internacionais verificada em todo o mundo.

Outra importante revelação que pode ser extraída desta análise é a existência de uma forte dependência dos sectores exportador e importador no desempenho da economia do país. Os dados mostraram que o comércio

exterior desempenha um papel fundamental na economia do país, com as exportações (principalmente a Indústria Extractiva) a representarem uma parte significativa da produção nacional e as importações a condicionarem o funcionamento da economia por via de importação de matéria-prima e bens essenciais para a Indústria Manufactureira, Comércio, Serviços de Reparação, Transportes e Comunicação.

Previsões realizadas apontam uma grande probabilidade de não ocorrência de uma recessão económica no país no ano 2020, contrariando as previsões para todos os países da África Austral.

Com base no crescimento atingido no primeiro semestre de 2020 (345.741 milhões de Meticais), seria apenas suficiente que o PIB atingisse um valor real de 329.878 milhões de Meticais no segundo semestre do ano para que a economia não entrasse em uma recessão económica. Esta meta de crescimento para o segundo semestre do ano poderia ser obtida apenas com base na manutenção de uma actividade económica que atingisse a produção trimestral média do ano anterior (2019), o que significa que mesmo que a taxa de crescimento da produção no terceiro e quarto trimestres do ano sejam tecnicamente iguais a zero, ainda existe uma grande probabilidade de ser atingido o valor do PIB de 2019 (675.619 milhões de Meticais).

As recentes medidas de abertura gradual da economia adoptadas pelo Governo no final do primeiro semestre do ano prometem voltar a estimular a actividade económica do país, o que pode contribuir para um desempenho favorável para o PIB no final do ano.

Continuação da Pág. 1

em Conferência de Imprensa convocada para o efeito.

O Estudo, intitulado “Impacto da Pandemia da COVID-19 no Sector Empresarial e Medidas para a sua Mitigação”, indica que, no primeiro semestre deste ano, o nível de actividade empresarial reduziu em cerca de 65%, o que culminou com a redução do Índice de Robustez Empresarial em cerca de 49%, de 0,51 em Janeiro para 0,26 em Junho. O sector da Hotelaria e Turismo figura como



o mais afectado, tendo registado uma retracção do nível de actividade em mais de 75%.

Com base nesta informação, e considerando a evolução da pandemia e a dinâmica económica que se projecta para a segunda metade do ano, o Estudo estima que o volume de perdas de facturação do sector



empresarial moçambicano, em todo o ano de 2020, poderá ascender a aproximadamente USD 951 milhões, o correspondente a cerca de 7% do PIB.

Banco Central mantém Taxa de Referência MIMO em 10,25%

Reunida na quarta Sessão a 20 de Agosto do ano em curso, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 10,25%. A decisão é fundamentada pelo agravamento das perspectivas de inflação de médio prazo e dos riscos e incertezas, perante uma maior contracção da actividade económica em 2020 e retoma mais lenta em 2021. O CPMO decidiu, igualmente, manter as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 7,25% e 13,25%, respectivamente, e manter os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 11,50% e 34,50%, respectivamente.



Perspectiva-se uma aceleração da inflação no curto e médio prazo. Em Julho, a inflação anual de Moçambique situou-se em 2,80%, após 2,69% no mês anterior. Para o curto e médio prazo, projecta-se um aumento de preços, a reflectir, essencialmente, o efeito da depreciação do Metical e da recuperação dos preços dos combustíveis no mercado internacional, não obstante a fraca procura interna. Ainda assim, prevê-se que a inflação se situe na banda de um dígito, em linha com as expectativas dos agentes económicos inquiridos em Agosto de 2020.

Agravaram-se as perspectivas de contracção da actividade económica até ao final de 2020, seguida de uma retoma mais lenta em 2021. A nível interno, apesar do relaxamento gradual das restrições impostas na actividade económica, espera-se que os efeitos nefastos da COVID-19 sobre a produção e a procura se prolonguem no médio prazo, levando a uma maior contracção em 2020 e uma

recuperação mais tímida em 2021. No segundo trimestre de 2020, a economia contraiu em 3,25%, após ter crescido 1,68% no primeiro trimestre.

A disponibilidade de divisas na economia continua em níveis confortáveis. Desde o início do ano, o sistema bancário nacional comprou divisas no mercado doméstico no valor de USD 3.309 milhões e vendeu USD 3.269 milhões. Adicionalmente, o saldo das reservas internacionais brutas situou-se em USD 3,8 mil milhões, nível que permite cobrir mais de 6 meses de importações de bens e serviços. Entretanto, o Metical manteve a sua tendência de depreciação, porém a ritmos decrescentes.

Crescem os receios de pressão sobre as finanças públicas. A previsão de uma contracção da actividade económica em 2020, associada à propagação da COVID-19 no país e ao agravamento dos conflitos militares em Cabo Delgado, aumenta a preocupação de uma maior pressão sobre as

despesas públicas, com destaque para a saúde, bem assim defesa e segurança. Desde a última sessão do CPMO, a dívida pública interna, excluindo contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, incrementou de 160.135 milhões para 162.424 milhões de meticais.

Para o curto e médio prazo, os riscos e incertezas na economia doméstica aumentaram. Desde o último CPMO, os riscos e incertezas agravaram-se, com realce para a propagação comunitária da COVID-19 a nível doméstico e a intensificação da instabilidade militar na zona norte do país. O prolongamento desta situação pode afectar o perfil dos indicadores económico-financeiros e determinar a adopção, pelo CPMO, de medidas correctivas.

A próxima reunião ordinária do órgão está agendada para o dia 21 de Outubro de 2020.

Clientes bancários pas- sam a ter NUI

A partir do ano em curso, o Banco de Moçambique (BM) decidiu criar Número Único de Identificação Bancária (NUIB), no âmbito dos esforços que visam tornar o Sistema Nacional de Pagamentos moderno, robusto e seguro.

Segundo a Administradora do Pelouro de Estabilidade Financeira, Gertrudes Tovela, com a criação do NUIB todo o cliente que pretender ser titular de uma conta bancária ou estabelecer uma relação de negócio com uma determinada Instituição de Crédito e Sociedade Financeira (ICSF) terá de ser titular deste número.

O NUIB será disponibilizado pelo BM e só poderá ser consultado pela ICSF, mediante solicitação do cliente.

“Todos os intervenientes no sistema financeiro devem estar em condições de materializar esta acção. Neste sentido, numa primeira fase devem actualizar o cadastro dos clientes com o NUIB a ser disponibilizado pelo BM, e posteriormente devem dotar os respectivos sistemas de mecanismos automáticos de consulta de NUIB”, indica o BM.

Com a introdução do NUIB, espera-se, dentre outros ganhos, melhorar os processos ligados à Central de Registos de Crédito, ao Cadastro de Emitentes de Cheque sem Provisão e outras conexões com sistemas da Administração Pública que vier a ser estabelecido, com vantagem na aplicação do princípio *r* – “Conhece o Seu Cliente” - KYC

Publicada Política de Fiscalização do SNP

Para orientar o exercício da função de fiscalização, delimitar o âmbito da sua actividade, divulgar os padrões usados para a avaliação das Infraestruturas de Mercados Financeiros (IMF) e contribuir para a melhoria da sua governação, o Banco de Moçambique (BM) publicou, recentemente, a Política de Fiscalização do Sistema Nacional de Pagamentos (PFSNP).

Trata-se de um instrumento que tem por objectivo, orientar o exercício da função de fiscalização, delimitar o âmbito da sua actividade, divulgar os padrões usados para a avaliação das (IMF) e contribuir para a melhoria da governação.

Segundo o BM, as IMF são sistemas multilaterais usados pelas instituições participantes, incluindo os operadores dos sistemas, para realizar a compensação, liquidação ou registo de pagamentos, valores mobiliários, derivados e outras transacções financeiras.

Elaborada à luz da Lei n.º 2/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece o Sistema Nacional de Pagamentos, a Política de Fiscalização do SNP aborda os princípios gerais de fiscalização do SNP, os objectivos que devem ser alcançados com a fiscalização, os critérios e âmbito da fiscalização, a metodologia usada pelo BM nas actividades de fiscalização, descrição das principais actividades de fiscalização e a cooperação internacional no âmbito da fiscalização.

BM divulga Demonstrações Financeiras de 2018

O Banco de Moçambique (BM) publicou no seu *website*, no passado dia sete de Agosto, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018.

Trata-se dum documento da responsabilidade do Conselho de Administração do BM responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco de Moçambique.

As demonstrações compreendem a individual e consolidada da posição financeira, dos resultados, do rendimento integral, das variações no capital próprio, dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com a Lei Orgânica e as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Assume ainda o Conselho de Administração do BM a responsável pela concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras individuais e consolidadas que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

De acordo com a nota assinada pela Administradora do Pelouro de Serviços Financeiros e Recursos Humanos, Benedita Maria Guimino, a aprovação das Demonstrações Financeiras resultou da aplicação da Lei 1/92, de 3 de Janeiro que define a natureza, os objectivos e funções do Banco de Moçambique como Banco Central da República de Moçambique.

Aumenta Inclusão Financeira em Moçambique

A Inclusão Financeira em Moçambique aumentou de 40% em 2014 para 54% em 2019 devido a expansão massiva de dinheiro móvel que atingiu 3 milhões de utilizadores em 2019.

Segundo o relatório de FinScope publicado no final do mês de Julho último, o dinheiro móvel e o seguro impulsionaram a Inclusão financeira formal. O Sector Bancário registou um aumento de cerca de 190.000 adultos desde 2014 para cerca de 3 milhões em 2019.

O relatório aponta que continuam como desafios para o acesso aos serviços bancários o tempo para alcançar os pontos de acesso, fraca literacia financeira e falta de documentação para abrir uma conta.

Refira-se que no quadro das medidas implementadas que visam a promoção da Inclusão Financeira, o Governo aprovou em 2016 a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022 no quadro da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro, que estabelece metas a alcançar até 2022.

Até 2022, o Governo pretende que 60% da população adulta tenha acesso físico ou eletrónico a serviços financeiros prestados por uma instituição financeira formal, 100% dos distritos tenham, pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros formais e 75% da população tenha um ponto de acesso aos serviços financeiros a menos de 5 km do local de residência ou trabalho.

Crime de branqueamento de capitais:

Autoridade denuncia que raptos usam contas abertas no exterior para resgate

Raptos em Moçambique têm exigido aos familiares das vítimas depósitos em contas bancárias domiciliadas no estrangeiro para "despistar as autoridades", disse à imprensa, recentemente, o Comandante-Geral da Polícia de Moçambique, Bernardino Rafael.

A manobra tem como objectivo "despistar as autoridades", dificultando as investigações para a localização dos criminosos, acrescentou.

O rapto e um crime conexo previsto na Lei de Branqueamento de capitais e Financiamento ao Terrorismo (Lei 14/2013 e seu regulamento), facto que desafia os bancos em relação a emissão de ordens de pagamento sobre o estrangeiro.

Após uma onda de raptos nas principais cidades moçambicanas, que teve o pico entre 2012 e 2013, estes casos estavam a reduzir nos últimos anos, mas nos últimos meses as autoridades voltaram a registar raptos, tendo sido registados sete desde o início do ano.

Dados da Procuradoria-Geral da República indicam que 15 processos-crime por rapto foram instaurados em 2019, mais um do que no ano anterior.

Banco Mundial anuncia doação de 104 milhões de dólares a Moçambique

O Banco Mundial (BM) anunciou no dia 9 de Setembro corrente, em comunicado, uma doação de 104 milhões de dólares para "apoiar programas de desenvolvimento de competências para jovens moçambicanos".

O programa vai investir no ensino superior, técnico e vocacional de Moçambique, destaca.

O objectivo é "capacitar os jovens através do desenvolvimento de competências de alto nível por meio de uma educação pós-secundária de qualidade", enquanto se preparam "políticas para incentivar a criação de empregos vinculados a sistemas produtivos modernos", refere Idah Z. Pswarayi-Riddihough, diretora do BM no país.

O projecto vai apoiar a colaboração contínua

Extinta a Comissão Liquidatária do Nosso Banco

Foi extinta, formalmente, pelo Banco de Moçambique, com efeitos a partir do dia seis de Agosto último, a Comissão Liquidatária (CL) do Nosso Banco – Sociedade em Liquidação, tendo notificado Irene Luzidia Maurício, presidente daquele órgão, para, no prazo de sessenta dias, concluir o processo.

A Irene Luzidia Maurício preside a CL do Nosso Banco desde 15 de Abril de 2018, cargo que ocupou na sequência da demissão da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda.

A licença para o exercício de actividades financeiras pelo Nosso Banco foi revogada pelo Banco Central a onze de Novembro de 2016, tendo, na altura, o Governador do BM, ordenado a sua dissolução e liquidação e designado a Deloitte & Touche (Moçambique, Lda), como presidente da CL.

A revogação da autorização de funcionamento do Nosso Banco deveu-se a violação das leis e regulamentos que disciplinam a actividade das instituições de crédito e sociedades financeiras, bem como a não observância das determinações do BM, pondo em risco os interesses dos depositantes, dos demais credores e normas de condições de funcionamento do mercado financeiro e cambial, nos termos da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (LICSF) em Moçambique.

com indústrias, defender a emancipação das mulheres e difundir conteúdos relacionado com as mudanças climáticas, acrescenta a instituição, no comunicado.

A operação "está alinhada com as prioridades do país delineadas no seu Plano Quinquenal, bem como com o Quadro de Parceria do Banco Mundial para o período fiscal de 2017-21, que reconhece que uma economia mais diversificada, produtiva e inclusiva exigirá maior investimento em capital humano", conclui.

A doação foi aprovada na terça-feira e será feita pela Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), parte do Banco Mundial, criada em 1960 com a premissa de apoiar países mais pobres através de doações e empréstimos com juros baixos ou inexistentes. *Lusa*

FMI nomeia novo representante residente para Moçambique



O Fundo Monetário Internacional (FMI) nomeou Alexis Meyer-Cirkel para ocupar o cargo de Representante Residente desta instituição financeira internacional em Moçambique, com efeito a partir do dia 9 de Setembro.

Meyer-Cirkel sucede a Ari Aisen, que dirigiu o escritório da instituição, em Maputo, nos últimos quatro anos, contados desde Setembro de 2016.

De nacionalidade brasileira, Meyer-Cirkel ingressou no FMI em Agosto de 2010, tendo desempenhado várias funções.

Cirkel trabalhou em vários países, tendo como áreas de destaque a política macroeconómica, sustentabilidade da dívida pública e análise do sector externo.

«Antes de se juntar ao FMI, Meyer-Cirkel trabalhou em mercados financeiros no Morgan Stanley, Banco Central Europeu, Allianz Research e no Banco Central do Brasil», aponta uma nota de imprensa enviada pelo FMI.

De acordo com o comunicado, Meyer-Cirkel é doutorado em Economia pela Universidade Goethe, de Frankfurt. Alemanha, é mestre em Estudos de Desenvolvimento pela London School of Economics, na Inglaterra. "A Bola".

SADC Banking Association: Transacções Compensadas Imediatamente



Em apoio à Estratégia da SADC sobre Inclusão Financeira e Acesso das PMEs ao Financiamento como meio para acelerar os programas de inclusão financeira em todos os Estados Membros da SADC, que foi aprovado pelo Conselho de Ministros da SADC em Setembro de 2016, a Associação Bancária da SADC desenvolveu um esquema de pagamento formalmente conhecido como P2P (Pagamento a Pagamento).

Conhecido como TCIB (Transacções Compensadas em Base Imediata), o esquema permite que as transferências de crédito transfronteiriças de baixo valor sejam compensadas por meio de um operador de compensação e liquidação regional designado (BankservAfrica), que realiza a compensação dessas transacções.

De acordo com FinMark Trust, estima-se que apenas 36% da população da SADC é considerada bancária, 18% tem acesso a outros serviços financeiros formais (não bancários) e 12% usa serviços financeiros informais. Como resultado, muitas pessoas não têm acesso a mecanismos formais para enviar remessas internacionais de baixo valor. Os serviços financeiros informais que usam costumam ser caros, lentos e extremamente arriscados.

O Esquema de Pagamento da SADC apoia as recomendações do PAFI do Banco de Pagamentos Internacionais e a [iniciativa UFA2020](#) do Grupo do Banco Mundial, que visam uma maior inclusão financeira. O desenvolvimento do esquema de pagamento foi comparado com a estrutura de Nível I da Fundação Bill e Melinda Gates, e adequadamente ajustado para pagamentos internacionais.

A interoperabilidade profunda e ampla entre

todos os provedores de serviços de pagamento autorizados na SADC deve tornar os pagamentos de baixo valor e custo-benefício, directamente em contas bancárias ou carteiras eletrónicas móveis - muito mais fáceis.

Este fluxo de pagamento inclui Bancos e instituições financeiras, garantindo assim o maior alcance possível aos clientes finais.

Actualmente está em um ambiente controlado pré-regulatório aprovado e tem visto um aumento do envolvimento de bancos e instituições financeiras com cerca de 64 participantes actualmente em vários estágios de on-boarding.

O esquema oferece opções alternativas para se conectar ao operador regional de compensação e liquidação. Os participantes têm a opção de se conectar *directamente* (por meio de APIs (Programa de Aplicação Interfaces), através *Hubs / PSPP (pagamento Fornecedores de Serviços de Processamento* ou *ACH do*

Em Março de 2019, a Associação de Bancos da SADC começou a oferecer treinamento aos participantes e viu uma aceitação por parte de bancos e não bancos. Até agora, 115 participantes de bancos e instituições financeiras receberam formação em Pagamentos SADC BATCIB.

Desde que a Organização Mundial de Saúde declarou o Coronavírus uma pandemia, a Associação de Bancos da SADC continua a fornecer treinamento *online*. A próxima sessão de treinamento programada está programada para 07-16 de Setembro de 2020.

Presidente do BAD quer maior diálogo sobre políticas públicas com os países



O novo Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina, defendeu no dia 1 de Setembro, na sua tomada de posse para um segundo mandato até 2025, o maior envolvimento do banco na definição das políticas públicas dos estados africanos, apoiar a gestão sustentável da dívida pública dois mesmos estados, aumentar o crescimento “verde” e acelerar a promoção de empregos para os jovens no continente.

Akinwumi Adesina garantiu que o futuro dos países africanos terá a ajuda da instituição que dirige para concretizá-lo, através e maior diálogo no que às políticas públicas diz respeito.

Agradeceu a votação unânime que recebeu dos 81 países membros do BAD, considerando que foi “colocado num pedestal colectivo” e prometeu: “mais do que nunca, vamos expandir as parcerias – parcerias financeiras – de conhecimento, e de investimento”, diz a Lusa.

Em relação ao novo Coronavírus, o presidente do BAD considerou que “a pandemia mudou tudo globalmente, atirou para trás o crescimento de África, que perdeu os ganhos e o crescimento económico assegurado durante a última década e, por isso, a recuperação vai ser longa e desafiante”.

Relativamente à sua reeleição, vários chefes de Estado e de Governo em África, incluindo Umaro Sissoco Embalo, da Guiné-Bissau, enviaram mensagens de apoio ao presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, que hoje tomou posse para o segundo mandato de cinco anos.

A instituição que conta com Vice-Presidente, o moçambicano Mateus Magala, os seus governadores são, geralmente, os ministros das Finanças e da Economia ou os governadores dos bancos centrais dos 54 países africanos que são membros do BAD, a que se juntam mais 27 membros não regionais.

No quadro dos recentes apoios à Moçambique, BAD aprovou, em Julho último, um donativo no valor de 40 milhões de dólares para apoiar a resposta do Governo à pandemia da COVID-19, depois de, em 2019, tendo garantido um desembolso de 100 milhões de dólares para a reconstrução pós ciclone IDAI.

Os próximos Encontros Anuais do BAD serão realizados em Acra, a capital do Gana, de 24 a 28 de maio de 2021.

Tecnologia Digital domina novo ciclo de crescimento económico

Vários países do mundo estão prestes a iniciar um novo ciclo de crescimento económico baseado no uso intensivo de tecnologias digitais. Esta foi a conclusão do II Congresso de Inovação em Serviços Financeiros (CISF) organizado pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que decorreu, virtualmente, de 10 a 13 de Agosto último, na cidade de São Paulo.



Se no passado a receita clássica para a função de produção sempre consistiu em agregar trabalho, terra e capital, uma das principais conclusões deste II Congresso foi de que no período pós pandemia da Covid-19, as tecnologias digitais passarão a desempenhar um papel muito importante no processo de produção.

Embora o factor tecnologia já havia sido incorporado em vários processos produtivos, uma das principais lições do Congresso foi de que o novo ciclo de crescimento económico esperado para o período pós Pandemia do Covid-19, deverá ser intensamente baseado no uso das tecnologias digitais como forma de gerar aumentos de produtividade e maiores níveis de competição.

Os intervenientes neste II Congresso defenderam que o aumento do desemprego causado pela pandemia vai contribuir para uma redução nos custos de produção, uma vez que o factor trabalho passará a ser utilizado em menor proporção no processo produtivo, no lugar do investimento em tecnologia que apresenta menores custos. Este facto, aliado a um conjunto de incentivos monetários e fiscais (reduções na

taxa de juro e nos impostos) adoptados por vários governos, irão contribuir para a retoma do crescimento económico, defenderam os palestrantes do Congresso.

Por outro lado, o II Congresso também destacou que o aumento do desemprego causado pela pandemia vai gerar uma nova modalidade de trabalho caracterizada por uma maior autonomia e independência (*homework*). Se no passado a forma clássica de prestar serviços era trabalhar fora de casa sujeito ao cumprimento de horários, no período pós pandemia da Covid-19, espera-se uma mudança na forma de trabalhar. O trabalho passará a ser realizado de forma mais autónoma e independente, sem a necessidade de sair de casa e sem um cumprimento rígido de horários.

A nova modalidade de trabalho, caracterizada por uma maior autonomia e independência, por sua vez, deverá ser impulsionada por uma maior capacidade empreendedora onde não importará trabalhar mais, mas sim trabalhar para oferecer soluções aos problemas enfrentados pela sociedade.

Nas Maurícias:

Revogada licença bancária da Century Banking Corporation Lda

O Banco Central das maurícias revogou, no dia 24 de Agosto corrente, agindo nos termos da lei, revogou a Licença Bancária Islâmica da Century Banking Corporation Ltd ('CBC') com efeito imediato.

Apesar de vários avisos do Banco Central, o CBC não conseguiu sanar várias violações do leis bancárias relativas a requisitos de capital, sistemas de controle interno, conformidade com as exigências de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e obrigações de manutenção de registos.

Segundo uma nota de imprensa publicada no seu *site*, o Banco Central das maurícias decidiu cancelar a licença do CBC para salvaguardar o interesse público e proteger os depositantes, tendo já nomeado Huns Biltoo da KPMG das Maurícias como receptor do CBC nos termos da lei.

Próximo Evento

Europa prepara Conferência e exposição de pagamentos

A Associação Europeia de Bancos conhecida em inglês por Euro Banking Association (EBA) organiza, de 24 a 26 de Novembro próximo, uma conferência e exposição de pagamentos líderes na Europa denominada EBAday.

A EBAday a decorrer de forma virtual terá como foco em pagamentos em euros e transações bancárias, o evento oferece um programa de seminário lotado e um movimentado salão de exposições (incluindo um pavilhão fintech), apresentando o espectro completo de serviços de processamento de pagamentos dos principais bancos, ACHs, fornecedores de tecnologia e consultorias que operam dentro e além Europa.

Esta combinação única oferece aos delegados ampla oportunidade de interagir e conduzir negócios com parceiros de negócios relevantes.

EBAday também fornece uma visão crucial dos principais tópicos de negócios, regulamentares e tecnológicos, não apenas para profissionais de pagamento de bancos e fornecedores, mas também para tesoureiros corporativos.

Os membros da EBA se beneficiam de acesso privilegiado ao EBAday e taxas reduzidas.

Segundo os organizadores, o formato totalmente digital cria uma oportunidade de abrir o EBAday para um público ainda mais amplo e permite desenvolver novos conteúdos *online* e maneiras de contactos.

XIII Jornadas Científicas do Banco de Moçambique

O Banco de Moçambique (BM) lançou no seu sítio de internet um convite para apresentação de projectos de pesquisa das XIII Jornadas Científicas que terão lugar no dia 18 de Junho de 2021, na Cidade da Matola.

As XIII Jornadas Científicas do BM terão como tema central “**Interacção entre as Políticas Monetária e Macroprudencial em Moçambique**” e os projectos de pesquisa deverão ter como foco; a Conectividade e interdependência entre bancos comerciais em Moçambique; a Interacção entre as políticas monetária e macroprudencial em Moçambique; a Construção e avaliação de índices de contágio e de vulnerabilidade e de indicadores macroprudenciais coincidentes e dianteiros para Moçambique; e outros tópicos que se enquadrem no tema em referência.

Calendário das Sessões do CPMO

Foram anunciadas as datas para realização das sessões dos Comitês de Política Monetária (CPMO), do Banco de Moçambique, para os anos 2020 e 2021, bem como as datas e horários para a publicação dos comunicados das respectivas sessões.

Entende-se que esta comunicação por parte do Banco de Moçambique, esteja dentro do seu quadro institucional de sinalizar aos agentes económicos uma postura de maior transparência em relação às medidas tomadas com respeito à condução da Política Monetária no país.

De acordo com o comunicado do Banco de Moçambique, as próximas sessões dos Comitês de Política Monetária de 2020 e 2021 serão realizadas nas seguintes datas:

Sessão n.º 4/2020 (20 de Agosto); Sessão n.º 5/2020 (21 de Outubro); Sessão n.º 6/2020 (11 de Dezembro); Sessão n.º 1/2021 (27 de Janeiro); Sessão n.º 2/2021 (17 de Março); Sessão n.º 3/2021 (19 de Maio); Sessão n.º 4/2021 (21 de Julho); Sessão n.º 5/2021 (15 de Setembro); e Sessão n.º 6/2021 (24 de Novembro)

Portanto, havendo mudanças na condução da Política Monetária do país durante o segundo semestre de 2020 e durante todo o ano e 2021, é de se esperar que estas mudanças

Segunda edição da Incubadora Sandbox

Decorre a 10 de Agosto do ano em curso, o lançamento da segunda edição da incubadora Sandbox Regulatório, uma iniciativa que tem como objectivo fomentar a criação de serviços financeiros para a promoção da inclusão financeira no País.

O Sandbox Regulatório é o regime regulamentar que permite às instituições emergentes financeiras e não financeiras testarem os seus produtos e serviços financeiros, modelos de negócios e soluções inovadoras, em ambiente real, durante um determinado período, sob o acompanhamento do Banco de Moçambique.

No âmbito da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, o Banco de Moçambique lançou, em Maio de 2018, o *Sandbox* Regulatório que engloba o *Hub* de Inovação, um espaço que junta entidades emergentes, empresas, reguladores e provedores, especialistas da área de inovação entre outros para debaterem e criarem um ecossistema que estimule a inovação através da troca de experiência.

A segunda edição do Sandbox Regulatório enquadra-se no âmbito da implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022, que tem como objectivo, entre outros, aumentar o nível de acesso e uso dos serviços financeiros para a população moçambicana.

No seguimento deste objectivo, o Banco de Moçambique conta com a participação de vários parceiros, com destaque para o *Financial Sector Deepening Moçambique*, instituição com a qual celebrou um Memorando de Entendimento em Janeiro de 2018, visando o desenvolvimento do projecto de incubadora para as Fintechs, também conhecido por Sandbox.

Pretende-se que este projecto responda aos desafios impostos pela inovação tecnológica virada para os serviços financeiros, sem negligenciar os desafios ligados à mitigação de riscos, estabilidade financeira, protecção do consumidor e conduta do mercado.

Nesta segunda edição do Sandbox Regulatório o BM conta com a participação de sete *Fintechs*: Zazu Africa, Pyypl Group Ltd, Trusty Computer Solutions, ACGEST, Smart Key Services, Paga e Pertence.

Para a Directora Executiva do *Financial Sector Deepening Moçambique* (FSDMOC), Esselina Macome, o mercado moçambicano regista de alguns anos a esta parte novos modelos de negócio disponibilizados pelas plataformas digitais e deu exemplon do crescimento do número de subscritores de contas móveis e as ligações interoperáveis entre os provedores de serviços financeiros e operadores de moeda electrónica.

Concurso II FintEch Showcase

A Aliança para a Inclusão Financeira (AFI) organiza, de 26 a 28 de Outubro do ano em curso, um concurso virtual designado II Fintech Showcase para inovadores nas áreas de fintech e regtech.

O foco é para produtos e serviços financeiros que usam tecnologia de ponta para ajudar grupos de baixa renda nos países em desenvolvimento.

Segundo a notícia publicada no website do Banco de Moçambique, os inovadores do II Concurso FinTech e RegTech, cujas inscrições terminam a 30 de Agosto corrente, seleccionados como finalistas, terão os seguintes ganho:

- Oportunidade de apresentar e discutir suas soluções inovadoras por meio de uma vitrine virtual com os membros da AFI de bancos centrais, ministérios das finanças e reguladores financeiros de mais de 80 países em desenvolvimento e emergentes;
- Ser apresentado em um relatório especial da AFI destacando como suas soluções contribuem para a inclusão financeira e a resposta do COVID-19, que será disseminado em toda a rede AFI, na comunidade de inclusão financeira mais ampla;
- Ser convidado para uma sessão especial de diálogo com os membros da AFI que hospedam o Pacific Regional Regulatory Sandbox, o primeiro sandbox regional do mundo; e
- Ter acesso a um treinamento de mentoria sobre pitching para investidores e apresentação de modelos de negócios fornecido pela [Luxembourg House of Financial Technology](https://www.luxembourghouseoftechnology.com/) (LHoFT).



Ficha técnica

AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; **Dispensa de Registo**

Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Setembro - 2020; Edição nº 24; **Coordenador**

Editorial: Elílio Langa (Secretário Geral da AMB) elnga@amb.co.mz; **Análise Económica:** Faisal

Carsane (Assessor Económico da AMB) fcarsane@amb.co.mz; **Redacção, Fotografias e Maquetização:**

Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB) bmchabualo@amb.co.mz; **Revisão:**

Anastácia Rosária arosária@amb.co.mz; **Colaboração:** Leonardo Guambe lguambe@amb.co.mz; **Periodicidade:** Trimestral;

Distribuição: Gratuita.

Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: secgeral@amb.co.mz www.amb.co.mz

Maputo - Moçambique